

UMA DISCUSSÃO SOBRE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E NORMA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA A PARTIR DA SÉRIE “A LÍNGUA QUE A GENTE FALA”¹
A DISCUSSION ABOUT LINGUISTIC VARIATION AND STANDARD PRACTICE FOR PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING FROM THE SERIES "THE LANGUAGE THAT WE SPEAK"

Ana Cristina Lobo Sousa
Universidade Federal de Mato Grosso
Lauro Luiz Pereira Silva
Universidade Federal de Uberlândia

RESUMO: A série “A Língua que a gente fala”, exibida no mês de março de 2015, no Jornal Hoje, pela emissora de televisão Rede Globo, pode representar um marco na consideração de uma perspectiva científica de linguagem para o grande público. Isso porque convida linguistas para explicarem, a partir de diferentes usos da linguagem realizados por diferentes grupos sociais, motivos de natureza fonológica, histórica e cultural para o modo como falamos. Apesar disso, o jornalismo da Rede Globo continua desconsiderando a língua como constituída de variedades, uma vez que, para ilustrar o que é variedade linguística, recorre ao uso de gírias, desconsiderando que sua própria fala, bem como toda e qualquer outra, constitui variedades. Neste sentido, esta comunicação oral tem por objetivo apresentar uma leitura crítica que poderá ser proposta ao ensino de Língua Portuguesa a partir dessa série de reportagens, considerando os conceitos de variedade linguística (BAGNO, 1999; 2011) e de norma (FARACO, 2002) na perspectiva de um letramento crítico (FREIRE, 1967; SOUZA, 2011). A análise, de cunho qualitativo e exploratório, permite-nos vislumbrar que a exibição desta série constitui relevante material para debate da diversidade linguística, contudo limita-se a apresentar a língua destituída das relações de poder que nela se imbricam. Além disso, considera a variedade a partir do recorte de reportagens em lugares do interior brasileiro que só reforçam velhas dicotomias como fala/escrita e certo/errado.

PALAVRAS-CHAVE: Variação linguística; Norma; Letramento Crítico.

ABSTRACT: The series "The Language we speak", broadcast in March 2015, published in the TV newscast Jornal Hoje, broadcast by Rede Globo television station, can represent a milestone in the consideration of a scientific perspective of language for the general public. This is because it invites linguists to explain, from different uses of language carried out by different social groups, reasons of a phonological, historical and cultural nature for the way we speak. Despite this, Globo's General Directorate of Journalism continues to disregard language as being made up of varieties, since, to illustrate what linguistic variety is, it uses slang, disregarding that its own speech, as well as any other that constitutes varieties. In this sense, this oral communication aims to present a critical reading that can be proposed to the teaching of Portuguese Language from this series of reports, considering the concepts of linguistic variety (BAGNO, 1999, 2011) and standard practice (FARACO, 2002) in the perspective of a critical literacy (Freire, 1967; Souza, 2011). The qualitative and exploratory analysis allows us to glimpse that the exhibition of this series constitutes relevant material for the debate of linguistic diversity, but it is limited to presenting the language devoid of the relations of power that are interwoven in it and considers the

¹ Deixamos expressos nossos sinceros agradecimentos as Professoras Dras. Ana Célia Clementino Moura (UFC) e Ana Maria Pereira Lima (UECE/ Letras - FAFIDAM).

variety from of the clipping of reports in places of the Brazilian interior that only reinforce old dichotomies like speech/writing and right/wrong.

KEY-WORDS: Linguistic variation; Standard Practice; Critical Literacy.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os estudos a respeito de variação linguística no ensino de Língua Portuguesa contam, já há algum tempo, com ampla produção no Brasil (MARTINS, 2017; VIEIRA, 2017; MARINE, BARBOSA, 2016; LUCCHESI, 2004; CASTILHO, 2004; FARACO, 2004; CARVALHO, 2004; BARRERA, MALUF, 2004; TEZZA, 2002, para citar alguns). Segundo Souza e Simioni (2017), na última década, várias são as publicações e pesquisas científicas relacionadas aos ensino de língua portuguesa que se contrapõem à visão normativa de Língua Portuguesa.

De acordo com Lucchesi (2015), conceber o ensino de Língua Portuguesa pelo conhecimento científico da linguagem humana, em vez de fixar a forma correta da língua constitui um avanço e isso é reflexo de mudanças ocorridas nas universidades públicas brasileiras com a introdução da Linguística como disciplina nos cursos de Letras do Brasil na década de 1960. Nos programas de pós-graduação das universidades brasileiras, dentre os trabalhos publicados recentemente, citamos Lima (2016), Simas (2016), Melo (2015), Santos (2015) Pinheiro (2008) e a obra escrita por Salomão (2012). Esses estudos, entre outros, abordam aspectos diversos dos estudos linguísticos sobre variação, mudança linguística e norma da Língua Portuguesa. A partir dessas pesquisas, este artigo apresenta uma proposta para o ensino de Língua Portuguesa na perspectiva de um letramento crítico que considere a língua constitutiva de variedades.

Nesse intento, a série “A Língua que a gente fala²”, exibida em quatro edições no mês de março de 2015, no Jornal Hoje, pela emissora de televisão Rede Globo, pode representar um marco na consideração de uma perspectiva de linguagem do ponto de vista de sua ciência, a Linguística. Pela primeira vez, pesquisadores de nossa já nem tão jovem ciência da linguagem, são convidados a participarem como entrevistados na série. Entre os linguistas pesquisadores, estão Ataliba Teixeira de Castilho, Professor Sênior na Universidade de São Paulo e colaborador voluntário na Universidade Estadual de

² A série “A Língua que a gente fala” é uma produção de Ana Zimmerman, com consultoria de Valéria Paz de Almeida, e pode ser conferida em < <http://g1.globo.com/jornal-hoje/videos/t/edicoes/v/serie-fala-sobre-a-lingua-coloquial-falada-nas-ruas/4044325/>> .

Campinas; Rodolfo Ilari, Professor Colaborador voluntário na Universidade Estadual de Campinas; Stella Maris Bortoni-Ricardo, Professora Titular na Universidade de Brasília e Jânia Martins Ramos, Professora Assciada na Universidade Federal de Minas Gerais.

A emissora apresenta um posicionamento bastante atual quanto ao que é língua, diferentemente do modo caricaturado que costuma representar algumas variedades regionais em suas telenovelas e também do modo prescritivista de abordar a língua portuguesa, em quadros como o *Soletrando*, exibido no programa “Caldeirão do Huck”, que podem passar a falsa ideia de que a língua é simplesmente uma variedade escrita ou que a fala deve se submeter a ela.

Entretanto, ainda é cedo para comemorar o reconhecimento pela mídia televisiva tradicional de que a variação linguística é constitutiva das línguas; pois, se de um lado, a emissora Rede Globo defende que não há um jeito certo e outro errado de falar, sendo o importante a comunicação; por outro, seus repórteres parecem não estar convencidos desse fato. Ao anunciarem a série, fica evidente que os jornalistas privilegiam algumas variedades linguísticas, como o uso de gírias e regionalismos, e consideram que é principalmente na fala que se tem variedade, apresentando, como apontara Lucchesi (2015, p. 11), que “há uma imagem idealizada do idioma”, apesar da aceitação de suas diversas realizações.

Nossa percepção é a de que, longe de considerar que variedades são constitutivas das línguas, na série “A língua que a gente fala”, o diferente e seu falar ocupa o lugar do exótico, do riso e, em algum aspecto, de compaixão e tolerância pelo outro. Nesse sentido, este artigo tem como objetivo analisar a noção de variedade linguística à luz do letramento crítico, pois, de acordo com Buzato (2009), a toda visão ou modelo de letramento estão atreladas uma concepção de linguagem e uma concepção de sociedade.

Com isso, pretendemos apresentar uma leitura crítica que poderá ser proposta ao ensino de Língua Portuguesa a partir dessa série de reportagens, considerando os conceitos de variedade linguística (BAGNO, 1999; 2011) e de norma (FARACO, 2002) na perspectiva de um letramento crítico (FREIRE, 1967; SOUZA, 2011). A partir desses objetivos, indagamos, neste trabalho que concepção(ões) de linguagem pode(m) ser apreendidas a partir da exibição da série “A Língua que a gente fala” e como podemos lê-la à luz do letramento crítico?

Acreditamos que compreender o modo de conceber a linguagem na referida série exibida pela Rede Globo permite-nos tecer considerações sobre o imaginário coletivo do que seja língua. Por esse motivo, à luz do aparato teórico fornecido pelo Letramento crítico, podemos compreender também como a mídia tradicional continua a veicular um discurso hegemônico baseado em insustentáveis dicotomias revestidas sob a tolerância para as diferenças, desde que todos falem em seus devidos lugares e cumprindo determinados papéis.

Para o alcance de nossos objetivos, organizamos este texto em quatro seções, além destas considerações iniciais. Na primeira seção, discorremos sobre as bases teóricas do conceito de variação linguística, norma e letramento crítico, a fim de entrelaçá-los. Na segunda seção, apresentamos nossos procedimentos metodológicos por meio dos quais esperamos esclarecer nosso recorte frente aos dados. Na terceira seção, procedemos à interpretação de nossos dados a fim de defender a tese de que o conceito de variação linguística ainda carece de discussão no âmbito dos meios de comunicação de massa. Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

1. ENTRELAÇANDO VARIAÇÃO LINGUÍSTICA, NORMA E LETRAMENTO CRÍTICO

Em meio à ascensão dos temas diversidade e diferença, materializados na possibilidade de participação de grupos que até então não participavam da cena pública, bem como na pressão que tais grupos exercem em prol de outros estilos, critérios e políticas na construção de outro Estado (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2013, p. 27), vê-se que, somente agora, o grande público começa a despertar para a compreensão de que uma mesma língua é constituída de variedades e de que não existe falar certo ou errado.

Esse entendimento agora ganha as ruas e, embora encontre ainda resistências, já se apresenta em meio a outros temas com os quais lidamos hoje, tais como intolerância religiosa, preconceito racial, diversidade de orientação sexual etc. Entretanto, enquanto os temas religião, raça e orientação sexual são passíveis de que aceitemos, respeitemos e, por consequência, toleremos, a questão da linguagem perpassa tudo isso e envolve relações de poder na sociedade. Nós interagimos pela linguagem e é por meio dessa interação que passamos a compreender os modos de ser do outro, as crenças do outro, os gostos do que é diferente do nosso.

Nesse sentido, “tolerar a fala do outro” não pode ser tomado como uma atitude neutra, de quem apenas permite que o outro se expresse, especialmente quando mantida determinada distância. De acordo com Menezes (1997), o conceito de tolerância surgiu historicamente como uma luta contra a intolerância - o movimento negro, o movimento feminista etc. Trata-se de uma reação contra uma situação dada: a intolerância. O importante é o direito humano: o direito à diferença, direito de ser o que se pretende ser.

O sentimento de tolerância e respeito à diferença tão em voga na contemporaneidade mantém relações diretas com o respeito à diversidade linguística. Não obstante isso, “impressiona o nível de ignorância em relação à língua que se observa em pleno século XXI, sobretudo entre pessoas que são bastante esclarecidas em outras áreas do conhecimento (LUCCHESI, 2015, p. 17).

A esse respeito, Marcos Bagno (1999), em “Preconceito linguístico”, antecipa uma preocupação política para a qual a Linguística deveria atentar já que “só existe língua se houver seres humanos que a falem” e que o ser humano “é um animal político”. Em sua obra, que ficou bastante conhecida no meio acadêmico e, na mesma medida, amplamente criticada por muitos, Bagno defendia que o preconceito linguístico está ligado à confusão que se faz entre língua e gramática normativa e, mais que isso, à consideração de quem fala, defendendo a tese de que o preconceito linguístico é, no fundo, preconceito social.

Desde aquela publicação, o autor já chamava a atenção para o fato de que, enquanto se verifica uma forte tendência ao combate de variadas formas de preconceito, o preconceito linguístico, ao contrário disso, é cada vez mais estimulado. Felizmente, muitos dos mitos em torno da língua apresentados naquela obra já não encontram lugar no imaginário popular, mas continuamos a experimentar relativa resistência à natureza diversificada das línguas, tendo a variação em todos os níveis e em todas as épocas.

Do lugar da Sociolinguística, Bagno, há muito, vem alertando para o fato de que língua e política caminham juntas. Mais recentemente, o linguista publicou sua “Gramática pedagógica do português brasileiro”, defendendo o português brasileiro como uma língua plena e autônoma em relação ao português europeu, o qual elege a modalidade escrita, ao estilo literário, para prescrever a tradição gramatical que conhecemos, melhor dizendo, estudamos até hoje no Brasil. Essa gramática é descritiva e pretende ser propositiva porque propõe a aceitação de usos linguísticos que já estejam incorporados ao vernáculo

geral brasileiro, o que corresponde a uma norma culta urbana real. Segundo o autor, essa gramática é também pedagógica por se dirigir especificamente à prática docente.

É claro que um posicionamento político de tal forma em relação à língua portuguesa falada no Brasil seria vanguarda demais para uma emissora como a Rede Globo, mas acreditamos que a emissora encontra-se em um nível no qual se pode perceber a apresentação de diversos grupos humanos e seus falares em diferentes locais, numa demonstração clara de amostra da diversidade cultural do país. Entretanto, diferentemente dos temas racial, religioso e afetivo, a questão da linguagem merece um olhar para além do fato da constatação de que existem falares diferentes.

Nesse sentido, recorreremos à teoria dos letramentos, considerando com Canen (2007 *apud* ONOFRE, 2009) a perspectiva do multiculturalismo, o qual focaliza não só a diversidade cultural e identitária, mas também os processos discursivos pelos quais as identidades são formadas. Assim, não é suficiente a constatação da diversidade e mesmo das diferenças, se não admitimos também as relações de poder inerentes a essas relações. Dar voz a sujeitos cuja pluralidade linguística é o foco exige ainda entender que é preciso considerar a dimensão política do ato de educar.

Recorremos, ainda, ao letramento crítico, que encontra em Souza (2011, *online*) a seguinte acepção:

letramento crítico situa a produção de significação sempre em termos do pertencimento sócio-histórico dos produtores de significação, e postula tanto leitores quanto autores como igualmente produtores de significação; como tal, ela recusa a normatividade universal e a crença em verdades universais e não sócio-históricas que sirvam para fundamentar de forma “objetiva” (isto é a-temporal e não social) leituras “certas” ou “erradas”.

Se autores e leitores são igualmente produtores de significação e não há verdades universais que autorizem o certo e o errado para ler o mundo, já não podemos aceitar que simplesmente aceitemos a variedade de prestígio adotada e valorizada por alguns, a norma eleita por outros, e mesmo o ajustamento e sacrifício em função sempre do outro. Devemos começar a questionar porque determinados usos linguísticos são aceitos e outros criticados, quando o parâmetro de desobediência à norma padrão é, muitas vezes, o mesmo, especialmente quando exige de nós uma prática de letramento que ultrapasse o que está sendo posto em uma mídia de comunicação de massa, pois

[...] É necessário o Letramento Crítico, ou seja, é preciso perceber que entre as verdades partilhadas socialmente ou em comunidades de práticas não há supremacia, não há melhores ou piores, o que há são possibilidades de se fazer de uma ou outra forma [...] porque o que temos não são receitas a serem seguidas[...]. O “como” [...] não será dado como receita, mas pela multiplicidade de sentidos que podemos depreender das diversas ideologias que constituem nossos “eus”, somos sujeitos híbridos e capazes de articular ativamente e não passivamente os sentidos possíveis e devemos ensinar a construir sentidos novos a partir das diferentes e múltiplas possibilidades que o mundo nos apresenta (BACALÁ; MURTA, 2016, p. 16)

Por fim, cumpre esclarecer a perspectiva de linguagem por nós adotada. Diferentemente da consideração segundo a qual a *parole* (fala) seria um ato individual, tal como defendido por Saussure, entendemo-la como um ato social em consonância com a perspectiva bakhtiniana, a qual defende que a verdadeira substância da língua é o fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações (BAKHTIN, 2006). No âmbito da Sociolinguística, defendemos, com Lucchesi (2015, p. 29), “a língua como um fenômeno variável e heterogêneo e um produto das relações sociais.”

Sem desprezar o sistema linguístico, mas considerando-o flexível, acrescentamos que fala e escrita, de acordo com Kato (2002), apresentam similaridade e diferenças. Similaridade por serem realizações de uma mesma gramática e de poderem codificar os mesmos objetos retóricos. A diferença, segundo a autora, se apresenta devido às diferentes condições de produção, que correspondem a diferenças da natureza do estímulo, diferenças formais e diferenças funcionais; pois, enquanto o estímulo da fala é auditivo, para a escrita o estímulo é visual.

As diferenças formais são decorrentes das condições de produção e estão associadas ao gênero e ao registro. As diferenças funcionais, por sua vez, se relacionam com a natureza de cada uma das modalidades, considerando que a fala apresenta maior dependência contextual, enquanto a escrita é relativamente descontextualizada e que a coesão, na linguagem oral, é estabelecida através de recursos paralinguísticos e suprasegmentais, dada a sua natureza unidimensional, ao passo que, na escrita, bidimensional, pode-se valer de meios lexicais e de estruturas sintáticas complexas com conectivos explícitos.

Esperamos que esses apontamentos sejam suficientes para demonstrar que a língua é constituída de variedades e suas modalidades, fala e escrita, não são dicotomias discretas e invariantes.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Longe de ficar à margem dos movimentos inclusivos e de respeito à diversidade e às diferenças, a linguagem coloquial, das ruas, da gente foi tema da série de reportagens “A Língua Que a Gente Fala”, produzida pela equipe da emissora RPC Curitiba, formada pela repórter Ana Zimmermann, pelo produtor Edi Carlos e pelo operador de câmera Felipe Abreu, para o Jornal Hoje, da TV Globo. Durante três meses, a equipe viajou seis estados e para o Distrito Federal para mostrar como os brasileiros falam no dia a dia, numa demonstração clara de que reconhece a existência de falares diferentes. A série teve quatro episódios, exibidos de 18 a 21 de março de 2015.

Inscrito no paradigma de pesquisa qualitativo, por meio do qual a interpretação dos dados é mais importante que sua quantificação (BOGDAN; BIKLEN, 1994), procedemos à transcrição das falas dos quatro episódios da série que podem ser conferidas no *site* do Jornal Hoje e também no *Youtube*. Para isso, utilizamos o Google Docs, na ferramenta X. Algumas imagens foram registradas *com* o recurso *print screen* do teclado e editados no *Paint*, como se vê a seguir:

Figura 1: Série “A Língua Que a Fala”



Fonte: [http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-
ruas.html](http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-
ruas.html)

Esclarecemos que para o atendimento de nosso objetivo, não se fazia necessária transcrição consoante as normas observadas em Marcuschi (Ver Fala Escrita), uma vez que é suficiente a consideração das crenças linguísticas de cada um dos entrevistados, bem como dos jornalistas, e não as variantes presentes em cada uma dessas falas.

Os tópicos discursivos de cada episódio são elencados a seguir:

Quadro 1: Episódios e conteúdos exibidos na série “A Língua que a gente fala”

Episódios	Conteúdos
Episódio 01	Variação linguística, Uso adequado da língua, Noções de Certo/Errado na Fala
Episódio 02	Fenômenos fonéticos de variação linguística (Rotacismo, Yeísmo, entre outros)
Episódio 03	Concordância nominal e verbal no uso do português brasileiro
Episódio 04	Variação e mudança linguística entre português europeu e português brasileiro

Fonte: Elaborado pelos autores do artigo de acordo com os episódios da série exibidos no site: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html>

Para o propósito deste artigo, analisamos o conteúdo do primeiro episódio por acreditarmos que a presença dos linguistas e os conceitos abordados são suficientes para nossa discussão nos limites deste artigo.

3. DISCUTINDO OS DADOS

O anúncio da série “A Língua que a gente fala” pelos jornalistas da Rede Globo já nos fornece indícios de que haveria uma língua idealizada que seria deformada pelo uso (LUCCHESI, 2015). Ao menos é o que se pode constatar quando os jornalistas, na tentativa de ilustrarem o que é a variação linguística, fazem uso de gírias, como se o próprio uso linguístico ao anunciarem as notícias não constituísse uma variedade linguística. Prova disso é o enunciado com que a jornalista Sandra Annenberg inicia a apresentação da série: “Tá ligado na série que a gente vai começar hoje?”; ou com a fala

de Evaristo Costa, ao se dirigir ao câmara, com o enunciado “Vem ni mim, filma eu, véio!”, trechos que podem ser conferidos na íntegra na transcrição a seguir:

Sandra: *Tá ligado na série que a gente vai começar hoje?*

Evaristo: *[risos] Eu vou dar um exemplo de mais ou menos como a gente fala, vou chamar um câmara, quer ver? O Antonele, vem ni mim Antonele, filma eu, véio*

Sandra *[risos]*

Evaristo: *Cê ta achano que o jeito que eu to falano tá errado? Bom! Muitos Linguistas conceituados que estudam a Língua Portuguesa defendem que na comunicação falada não tem essa de certo ou de errado, o importante é que a gente se faça entender, não é mesmo?*

Sandra: *Isso é o mais importante sem dúvida nenhuma, comunicação né?! Agora, se é para escrever um trabalho, assim, falar em público como a gente, tem que saber a norma culta da língua e todas as regras gramaticais, mas até a escrita muda, aos pouco vai absorvendo as mudanças da fala, ainda mais com internet né?!*

Evaristo: *É isso que a gente vai ver, a repórter Ana Zimmerman esteve em quase todas as regiões do país para mostrar a língua sem retoque, a língua que a gente fala, é o tema de uma série que a gente começa a exibir a partir de hoje. Taca-le pau!*

Sandra: *[risos]*

Nota-se, no excerto acima, a necessidade de destacar expressões, a exemplo de “Taca-le pau”, como se precisássemos de ilustrações desse tipo para demonstrar variedade linguística. Essa demonstração é recorrente na exibição da série, quando a jornalista Ana Zimmerman destaca um uso bastante popular: a expressão “é nós” expressão considerada gíria que teria como um de seus criadores o rapper Emicida:

Figura 2: Entrevista da Jornalista Ana Zimmerman
com rapper Emicida



Fonte: [http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html](http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html)

Falante 1: É nós! Tamo na fita!

Ana Zimmerman: Você já deve ter ouvido esta expressão.

Falante 2: É nós, é nós! É isso que é nós! [risos]

Falante 3: É nós! Sei lá, não sei te explicar não, só sei que é nós

Ana Zimmerman: Quem explica é um dos criadores dessa gíria o rapper Emicida.

Emicida: É nós é um neologismo nosso popular de rua, que serve pra dizer pra pessoas que tamo junto.

Falante 4: É nois, com N-O-I-S.

Segundo o *rapper*, a expressão seria um neologismo de rua, popular, que significaria algo como “tamo junto”. Emicida entende ainda que é necessária a adequação da frase ao tempo musical, ainda que desobedeça à regra de número da norma padrão da língua.

Na sequência, a repórter faz referência à variedade padrão como sendo aquela que estudamos nas gramáticas escolares, lembrando que há situações em que não se deve usar a norma coloquial. Ataliba, autor de Gramática do Português Brasileiro, esclarece que, cientificamente, falar só é errado se o outro não entende. Em suas palavras:

Figura 3: Entrevista da Jornalista Ana Zimmerman com o Prof. Dr. Ataliba Castilho.



Fonte: [http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html](http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html)

Ataliba Castilho: Olha, cientificamente, falar só é errado quando você fala e o outro não entende, no mais não há erro ou acerto.

Ataliba Castilho: Existe uma norma que vale para uma situação mais tensa, uma situação em que você está prestando mais atenção no que você fala. Um discurso, uma conferência, uma aula. Existe uma norma, dentro da norma culta, mais espontânea é quando você conversa com seus amigos, eles são da mesma classe sociocultural, então você pode utilizar um pouco diferente do que se fosse numa situação formal, revertida. Se eu estou escrevendo um texto, tenho ali que levar em conta certos padrões que são reconhecidos pela sociedade, como o que se espera de uma pessoa culta, de uma pessoa que tenha cultura, que tenha informação.

O autor esclarece que existe uma norma para situações mais tensas e outra para situações mais espontâneas, com pessoas de mesma classe sociocultural e que esse uso seria diferente de uma situação formal. Apesar disso, os jornalistas insistem na ideia de uma fala mais espontânea, desconsiderando a própria prática do telejornalismo como pertencente a um gênero textual formal e oral.

Outro linguista entrevistado no primeiro episódio da série é Rodolfo Ilari, o qual explica que os linguistas nunca disseram que não se deveria ensinar, mas que não se poderia ser preconceituoso com pessoas quanto ao modo de elas falarem, como as pessoas que dizem “nós vai”, “nós diz”.

Figura 4: Entrevista da Jornalista Ana Zimmerman com o Prof. Dr. Rodolfo Ilari



Fonte: [http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html](http://g1.globo.com/jornal-
hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-
hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html)

Rodolfo Ilari: *Nós linguistas, nunca dissemos que não tem que ensinar. Dissemos que você não tem que ser preconceituoso em relação à maneira como as pessoas falam, porque as pessoas que falam nós dizem, nós vai, essa gente também faiz, e nós precisamos daquilo que eles faiz.*

Sem dúvida, a presença dos linguistas é estratégia eficaz para conferir cientificidade ao posicionamento da emissora. Entretanto, na fala dos jornalistas, as concepções de hegemonia e supremacia da norma culta escrita são latentes, dado que a exemplificação da variedade linguística sempre pressupõe a dicotomia fala e escrita como se para a primeira tivéssemos sempre, como única opção, o registro informal e, para a segunda, o registro formal da língua. Uma amostra disso, entre tantas outras, pode ser conferida com a fala a seguir:

Ana Zimmerman: *Essa é a língua falada nas ruas, sempre viva, mudando a cada dia. É nós na fita! O mano no DVD! Tem a língua padrão aquela da gramática que a gente aprende nos livros, na escola. Tá errado falar Véio! Eu vi ela! Filma eu! Na hora de escrever um texto, uma prova ou fazer uma apresentação em público as pessoas não devem usar essa linguagem coloquial. Para quem estuda o assunto, pra professores, pesquisadores aqui do museu da língua portuguesa o importante é que as pessoas se entendam. Ta ligado! É a fala mais espontânea, do jeito que você conversa com os amigos, é a língua que a gente fala.*

É interessante perceber ainda o quanto povo sabe de sua língua. Alguns entrevistados sugerem razões pelas quais as línguas mudam, como o contato entre povos. A metáfora do vestuário é convocada pelo linguista para observar a noção de adequação da linguagem. A mesma metáfora serve à jornalista para lembrar que assim como algumas roupas saem de moda, também acontece com algumas palavras.

Nesse sentido, o primeiro episódio se encerra com a consideração de que a língua sempre mudou e a palavra *cujo* serve de exemplo para mostrar que algumas palavras vão

deixando de ser usadas. Falta observar, porém, que a língua nos permite possibilidades e que, ao nos comunicarmos, também comunicamos sobre nossa língua e quem somos, conteúdo trazido por Ataliba Castilho, se conferirmos sua entrevista na íntegra³ e ideia cujo cerne pode ser inferido na reflexão de Freire trazida em sua *Educação como prática da liberdade*:

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo, na medida em que responde à ampla variedade dos seus desafios. Em que não se esgota num tipo padronizado de resposta. A sua pluralidade não é só em face dos diferentes desafios que partem do seu contexto, mas em face de um mesmo desafio. No jogo constante de suas respostas, altera-se no próprio ato de responder. Organiza-se. Escolhe a melhor resposta. Testa-se. Age. (FREIRE, 1967, p. 39-40).

Vê-se claramente as hipóteses que os falantes elaboram acerca do uso que fazem da língua quando indagados se usam ou não determinada palavra. Entretanto, a série não explora as diferenças que são estabelecidas em sociedade a partir dos modos de falar diferente, como se a simples consideração de que há diferenças no uso da linguagem não implicasse relações de poder estabelecidas na sociedade. Tal ideologia implica, crucialmente, uma visão consensual da comunicação linguística voltada a reproduzir a integração e a estabilidade social (LEEZENBERG, 2014, p. 47). Leezenberg argumenta que visões que destacam o conflito, como as de Marx e de Foucault, ainda não foram devidamente estudadas na teoria linguística.

Com Onofre (2009, p. 126), entendemos que o multiculturalismo apresentado como “uma vertente folclórica que valoriza os aspectos exóticos, reduzindo cultura à culinária, à dança, ao vestuário, e que deixa de lado o questionamento sobre o preconceito e a desigualdade deve ser rechaçado.” Já não se trata mais de reconhecer e aceitar as diferenças, mas de entendê-las, de compreendê-las política e eticamente, considerando que o poder é distribuído sim de maneira desigual a fim de uma mais ampla e melhor convivência.

É preciso ir além da consideração de que a língua usada em uma entrevista de emprego possibilitar não será a mesma utilizada com os amigos. Isso é óbvio demais. Precisamos indagar porque determinadas variedades são alvo de riso e outras não. Precisamos conhecer a nossa língua e perceber que nem sempre os que consideram sua

³ A entrevista completa de Ataliba Castilho para a série “A Língua que a gente fala” pode ser conferida na página do Jornal Hoje (<http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2015/03/serie-do-jornal-hoje-fala-sobre-lingua-coloquial-falada-nas-ruas.html>)

variedade privilegiada adotam a norma padrão, essa que difere da norma culta, a efetivamente usada pelos falantes cultos, algo que não ficou bem esclarecido durante toda a série.

Em uma das falas do repórter Evaristo Costa, temos a frase: *Nossa série que chama-se...* Ora, aqui tem-se claramente a norma culta, e não a norma padrão, pois se esta fosse, teríamos o pronome *se* atraído pelo pronome relativo *que*, um típico caso de próclise e não de ênclise, como ilustrado nessa fala. Se a norma culta é a efetivamente usada por falantes cultos da sociedade e a norma padrão, a idealização de uma língua prescrita em uma gramática normativa, cumpre observar que nem mesmo o jornalista, na sua fala “aparentemente sem variação” não representa a variedade de prestígio.

Não obstante isso, como bem ensina Bagno (2011), em sua Gramática Pedagógica do Português Brasileiro,

A língua é muito mais do que um simples instrumento de comunicação. Ela é palco de conflitos sociais, de disputas políticas, de propaganda ideológica, de manipulação de consciências, entre muitas e muitas coisas. A manipulação social da língua nos leva a votar nessa ou naquela pessoa, a comprar tal ou qual produto, a admitir que determinado evento ocorreu de determinada maneira e não de outra, a aderir a uma ideia, a acreditar nessa ou naquela religião, e por aí vai, e vai longe...(p.75)

A série pode ser uma boa amostra de como os sujeitos contemporâneos estabelecem relações de poder, especialmente para se manterem com visibilidade em seus contextos sociais, a exemplo do rapper Emicida, que demonstra no uso de linguagem, usada, muitas vezes, conscientemente, a instauração/manutenção dessas relações. Ainda que algumas de suas hipóteses sobre o objeto língua não sejam plausíveis, do ponto de vista científico, é nessas hipóteses que ele, enquanto sujeito demonstra clara consciência do uso estratégico da língua para o estabelecimento de seu lugar e a manutenção dele em relação aos outros.

Para a maioria das pessoas entrevistadas na reportagem, é nítida a crença de que existem duas gramáticas: a da língua falada e a da língua escrita. Ao escrever, usa-se a concordância. Ao falar, tem-se a língua de maneira espontânea. Essa percepção deixa claro que os falantes desconhecem que fala e escrita comportam tanto variações em função do falante quanto variação em função do ouvinte (TRAVAGLIA, 2001), além da consideração do gênero textual (MARCUSCHI, 2008).

Com Kato (2002), compreendemos fala e escrita como sendo parcialmente isomórficas, ou seja, apresentam diferenças e semelhanças. Posição semelhante pode ser conferida também com Marcuschi (2008), o qual já em obras anteriores defende que a fala e a escrita formam um contínuo, dada a impossibilidade de situar a oralidade e a escrita em sistemas linguísticos diversos, de modo que ambas fazem parte do mesmo sistema da língua, tratando-se de realizações de uma gramática única.

Tal como ensina Bagno, em “A Língua de Eulália” e outras obras de sua autoria, o falante da variedade não popular prefere um uso mais econômico e, no tocante às marcas redundantes de plural, é suficiente a marcação de plural apenas no início de um sintagma ou frase. “*As criança*” dispensa o segundo s, e já indica que é mais de uma.

Ainda que o texto da reportagem prime pela pluralidade, não se avança da dicotomia estabelecida entre língua e fala e a série acaba por trazer a diferença como alvo de destaque, como com a expressão “*taca-le o pau*”, a qual confere a seu falante (Leandro Beninca, de 10 anos) um lugar de destaque, certa fama, porque essa fala diferente soa como engraçada.

Bagno (2011) lembra que a língua é nosso principal modo de apreensão da realidade e de intervenção nessa mesma realidade [...]. Além disso, a língua é um fator importantíssimo na construção da identidade de cada indivíduo e de cada coletividade, o que se pode conferir com a fala de um morador do interior de Minas Gerais, comentando sobre a fala, quando tenta usar uma norma diferente da de seu grupo: “*No interior, se você for falar bonito, o pessoal ainda fala assim: ah, não precisa de gastar tanto, né...*”

A inclusão esbarra nas dicotomias fala/escrita, certo/errado, pobre/rico, urbano/interior. A série, ainda que tenha deixado claro que há situações de oralidade em que o uso da norma culta é exigido, também nos mostra que o próprio jornalista faz uso, em uma situação formal de uso da linguagem, que não executa sempre as regras do português padrão, como se pode conferir nos exemplos: O mesmo repórter é o que diz que “*Tem palavras que hoje não estão mais na norma culta!*”, frase com que encerra o primeiro episódio da série e anuncia o segundo.

Por fim, a série não diferencia os termos mudança e variação. Assim, dizer que a língua muda no tempo se confunde com os modos de falar diferente em cada um dos lugares visitados pela reportagem. Apesar de os jornalistas deixarem marcas explícitas em sua fala da concepção de linguagem que norteia sua prática de linguagem, lembrando

que há situações, tanto de fala quanto de escrita, em que se deve usar a norma culta; vê-se também na série a resistência das pessoas comuns pela consideração da validade das variedades, salvo um ou outro, geralmente artista, que entende que a língua atende a propósitos variados.

Em tempos de “aprendizagem ubíqua” (KALANTZIS; COPE 2008; 2012), reconhecemos que a escola não é o lugar exclusivo para o aprendizado e que a mídia televisiva, sendo uma mídia de massa, formuladora e criadora de opiniões, saberes, normas, valores e subjetividades, desempenha papel educativo e crítico-reflexivo junto a seus telespectadores (MENEZES, 2007; QUEDINHO, 2007; SILVA e SANTOS, 2009).

No que tange ao uso linguístico, estamos longe de uma educação que nos coloque numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre nosso tempo e espaço. (FREIRE, 1967). Talvez seja possível considerar suficiente a tolerância religiosa. No caso da linguagem, entretanto, acreditamos que não é suficiente a constatação da pluralidade e sua posterior tolerância. É preciso ir além.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho partiu da análise de uma série intitulada “A Língua que a gente fala”, exibida no mês de março de 2015, no Jornal Hoje, pela emissora de televisão Rede Globo, à luz da Sociolinguística e do Letramento crítico, por acreditarmos que o tema da diversidade linguística implica questões éticas e políticas com as quais precisamos lidar na promoção de uma educação mais reflexiva.

A série, embora possa ser considerada um avanço, no sentido de reconhecer a diversidade linguística, limita-se a apresentar a língua destituída das relações de poder que nela se imbricam, sem questionar, por exemplo, o que implica falar de um modo e não de outro. Além disso, considera a variedade a partir do recorte de reportagens em lugares do interior brasileiro que só reforçam velhas dicotomias como fala/escrita, urbano/rural, certo/errado, embora a respeito dessa última, já se aceite um entendimento velho conhecido da Sociolinguística, segundo o qual não existe certo ou errado na língua.

Entretanto, a mostra dos diversos falares no interior do Brasil continua a ocupar o lugar do exótico e do engraçado. A consideração de que toda forma de falar constitui variedade parece não ser amplamente assumida pelo jornalista, que se vale do uso de

gírias para ilustrar a variedade, como se seu registro jornalístico utilizado pelo telejornal não ilustrasse um caso de variação linguística.

A concepção de linguagem parece ser assumida enquanto constituída de variedades; porém, não sendo ela um espelho do mundo, está longe de ser considerada uma forma de ação nesse mesmo mundo. E uma das formas que essa ação que parece ser assumida pela emissora é da omissão em relação às relações de poder que se instauram na e pela linguagem.

REFERÊNCIAS

BAGNO, M.; **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

BACALÁ, V. L. de A.; MURTA, C. A. R.; O ensino de línguas na perspectiva da Complexidade e do Letramento Crítico. In: **Revista do Sell** - Simpósio Internacional de Estudos Linguísticos e Literários. v.5 n.3 2016. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/sell/article/view/1296> Acesso em: 30 ago 2017.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARTON, D.; HAMILTON, M.; IVANIC, R.; *Situated Literacies*. London: Routledge, 2000.

BARRERA, S. D.; MALUF, M. R.; Variação lingüística e alfabetização: um estudo com crianças da primeira série do ensino fundamental. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 35-46, June 2004. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572004000100005&lng=en&nrm=iso>. access on 31 July 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-85572004000100005>.

BOGDAN, Roberto C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação**. (Tradução de Maria João Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo Mourinho Baptista). Porto: Porto Editora, 1994.

BUZATO, Marcelo El Khouri. Letramento e inclusão: do estado-nação à era das TIC. **D.E.L.T.A.**, 25, v. 1, 2009, p.1-38.

CAMERON, D. **Verbal hygiene**. Londres e Nova York: Routledge, 1995.

CARVALHO, O. L. de S.; Variação linguística e ensino: uma análise dos livros didáticos de português como segunda língua. In: BAGNO, M. *Linguística da Norma*. Edições Loyola. São Paulo, Brasil. 2004.

CASTILHO, A. T. de; Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil. 2004.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil. 2004.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

GNERRE, M.; **Linguagem, escrita e poder**. 3. Ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora, 1991.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill. **Literacies**. New York, Port Melbourne: Cambridge University Press, 2012.

KALANTZIS, Mary; COPE, Bill. **New Learning**: elements of a science of education. New York, Port Melbourne: Cambridge University Press, 2008.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita**: uma perspectiva psicolinguística. 7. ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEEZENBERG, Michiel. Em torno de uma abordagem prática em pragmática: tragédia grega como conversação impolida. (Tradução de Adriana Carvalho Lopes). In: SILVA, Daniel do Nascimento e; FERREIRA, Dina Maria Martins; ALENCAR, Claudiana Nogueira (Org.). **Nova pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014. p. 43-66.

LIMA, L. S.; **Contribuições para o atlas do projeto Amper-norte: Variedade linguística do Município de Santarém (PA)**. 2016. 190f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Letras: Linguística e Teoria Literária, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=4988535 Acesso em: 29/07/2017.

LUCCHESI, Dante. Norma linguística e realidade social. In: BAGNO, M. **Linguística da Norma**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil. 2004.

LUCCHESI, Dante. **Língua e sociedade partidas**: a polarização sociolinguística do Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARINE, T. de C.; BARBOSA, J. B.; **Em busca de um ensino sociolinguístico de Língua Portuguesa no Brasil**. In: Signum: Estudos da Linguagem. V.19, n.1. p.185-215, jun. 2016. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/23161/19297>> Acesso em: 31 jul 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.5433/2237-4876.2016v19n1p185>

MARTINS, M. A. Em defesa do ensino de gramática na escola. **Revista do GELNE**. V. 19, n.1, 2017. Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/12117>> Acesso em: 31 jul. 2017.

MELO, R. C. U. de. **Não morda a língua portuguesa : norma culta ou norma curta?**. 2015. 253 f. Dissertação (Pós-Graduação em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015. Disponível em: <http://bdtd.ufs.br/handle/tede/2792> Acesso em: 29/07/2017.

MENEZES, Paulo. Tolerância e religiões. In: TEIXEIRA, F. (Org.) **O diálogo inter-religioso como afirmação da vida**. São Paulo: Paulinas, 1997. p. 39-54.

MENEZES, S. F. da S.; A Midia Televisiva E Seus Impactos Na Formação De Opinião E Na Comunicação Entre As Pessoas. In: **III Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luís, MA. Anais (on-line). São Luís: JOINPP, 2007. Disponível em: < http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoE/1579291b0e7d6d59098Suzaneide_Menezes.pdf> Acesso em 21 ago. 2017.

ONOFRE, Patrícia Carvalho de. Multiculturalismo crítico: por uma pedagogia da tolerância. **SOLETRAS**, Ano IX, Nº 17 – Supl. p. 121-127. São Gonçalo: UERJ, 2009.

PINHEIRO, G. M.; **Redações do ENEM: estudo dos desvios da norma padrão sob a perspectiva de corpos**. 2008. Dissertação de Mestrado. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2008. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-30072008-104245/>> Acesso em: 29 jul. 2017.

QUEDINHO, L. D.; A participação da mídia televisiva na construção da identidade nacional. In: **XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Santos, SP. Anais (online). Santos, SP: INTERCOM, 2007. Disponível em: < <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2007/resumos/R1404-2.pdf>> Acesso em 21 ago. 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **A Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. In: **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013.

SALOMÃO, S. N. **A língua portuguesa nos seus percursos multiculturais**. Edizioni Nuova Cultura, 2012. DOI: 10.4458/8400

SANTOS, J. L. dos; **Entre a internet e a escola: a influência do código de escrita virtual sobre a modalidade padrão escrita do português brasileiro em redações escolares**. 2015. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2015. Disponível em:<

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8139/tde-22122015-113216/>> Acesso em: 30 jul. 2017.

SILVA, E. F. G. da; SANTOS, S. E. de B.; |O impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade. In: **XV Encontro Nacional da ABRAPSO – Associação Brasileira de Psicologia Social**. Macei, AL. Anais (online). Maceió,Al: XV ABRAPSO, 2009. Disponível em: <
http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/447.%20o%20impacto%20e%20a%20influ%C4ncia%20da%20m%C3Ddia.pdf> Acesso em 21 ago. 2017.

SIMAS, A. A. de O. **O gerúndio na expressão de tempo futuro na diversidade do português do manauara**. 2016.126 f.. Dissertação (Letras e Artes) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus. 2016. Disponível em:
<http://tede.uea.edu.br/jspui/handle/tede/202> Acesso em: 29 jul. 2017.

SOUZA, A. de; SIMIONI, T. **A variação linguística e a formação de professores/as de língua portuguesa**. In: Revista Escrita. Nº.22. 2017. Disponível em:<
<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/28845/28845.PDF>> Acesso em: 31 jul 2017.

SOUZA, L. M. T. M. de.; Para uma redefinição de letramento crítico: conflito e produção de significação. In: Maciel, R.F & Araújo, V.A. (Org.). **Formação de Professores de Línguas: ampliando perspectivas**. Jundiaí: Paço Editorial, 2011, v. 1, p. 1-250.

TEZZA, C. Material didático: um depoimento. **Educar em revista**, Curitiba , n. 20, p. 35-42, Dec. 2002. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602002000200005&lng=en&nrm=iso . access on 31 July 2017.
<http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.262>.

TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e Interação**: uma proposta para o ensino de Gramática 1º e 2º Grau. 11. ed. São Paulo: Cortez,

VIEIRA, F. E.; A norma-padrão (e seus outros nomes) na avaliação da produção escrita. **Calidoscópio**. V, 15, n.1, p.6-7. Unisinos. Disponível em: <
<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2017.151.01/5990>>
Acesso em: 31 jul. 2017. <http://dx.doi.org/10.4013/cld.2017.151.01>

WITTGENTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. 6. ed. (Tradução de Marcos G. Montagnoli). Petrópolis: Vozes, 2009.